

PROJETO DE LEI N.º 4.541, DE 2021

(Do Sr. Carlos Bezerra)

Altera o § 1ºdo art. 1361 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002-Código Civil Brasileiro, nos termos em que especifica.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-4082/2020.

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

(Do Sr. Carlos Bezerra)

Altera o § 1ºdo art. 1361 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002- Código Civil Brasileiro, nos termos em que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1°- O § 1° do art. 1361, da Lei n° 10.406, de janeiro de 2002-Código Civil Brasileiro passa a vigorar com a seguinte redação:

Λrt	1261				
AII.	130	 	 	 	

§1º- Constitui-se a propriedade fiduciária com o registro do contrato, celebrado por instrumento público ou particular, que lhe serve de título, no registro de Títulos e documentos do domicílio do devedor, e, em se tratando de veículos na repartição competente para o licenciamento, fazendose a anotação no certificado de registro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto tem por finalidade corrigir um erro de redação existente no § 1º do ar. 1361 do Código Civil Brasileiro ao utilizar a expressão " ou" e não "e" na elaboração do dispositivo.

Desse modo, esperamos contar com o indispensável apoio de nosso pares para a acolhida deste Projeto de Lei, durante sua





tramitação nesta casa.

Sala das Sessões, em

de

de 2021.

Deputado CARLOS BEZERRA

multipartFile2file5185040533060233201.tmp





LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
PARTE ESPECIAL
LIVRO III DO DIREITO DAS COISAS
TÍTULO III DA PROPRIEDADE
CAPÍTULO IX DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA
Art. 1.361. Considera-se fiduciária a propriedade resolúvel de coisa móvel infungível que o devedor, com escopo de garantia, transfere ao credor. § 1º Constitui-se a propriedade fiduciária com o registro do contrato, celebrado por instrumento público ou particular, que lhe serve de título, no Registro de Títulos e Documentos do domicílio do devedor, ou, em se tratando de veículos, na repartição competente para o licenciamento, fazendo-se a anotação no certificado de registro. § 2º Com a constituição da propriedade fiduciária, dá-se o desdobramento da posse, tornando-se o devedor possuidor direto da coisa. § 3º A propriedade superveniente, adquirida pelo devedor, torna eficaz, desde o arquivamento, a transferência da propriedade fiduciária.
Art. 1.362. O contrato, que serve de título à propriedade fiduciária, conterá: I - o total da dívida, ou sua estimativa; II - o prazo, ou a época do pagamento; III - a taxa de juros, se houver; IV - a descrição da coisa objeto da transferência, com os elementos indispensáveis à sua identificação.